

**Declaração de Princípios da Política de Investimento do
Fundo de Pensões Banco Credibom**

**ARTIGO 1.º
Âmbito e Objetivos**

- 1- A Política de Investimento do Fundo de Pensões Banco Credibom (adiante designado por «Fundo») caracteriza-se por possuir uma alocação central a ações de 30%, podendo, no máximo alcançar os 40%, e sendo, o remanescente, maioritariamente constituído por obrigações. Caracteriza-se por apresentar um nível de risco médio procurando alcançar no médio/longo prazo, um rendimento superior às aplicações mais tradicionais.
- 2- A Política de Investimento do Fundo norteia-se pelos seguintes objetivos:
 - a) A limitação dos riscos associados ao valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo, assegurada através da diversificação das aplicações e da adoção de critérios de seleção de ativos que respeitem limites de investimento adequados ao perfil de risco do Investidor;
 - b) A atuação conforme com princípios de responsabilidade social, ambiental e de boa governação, conforme se detalha no artigo 3º;
 - c) Em permanente articulação com os objetivos acima, a Política de Investimento foi concebida para que no seu conjunto se potencie uma rendibilidade e um nível de volatilidade da carteira de ativos, alinhados com a política de contribuições e de financiamento pretendidas pelo Associado.
- 3- Os referidos objetivos orientam todo o processo de investimento, desde a definição dos ativos elegíveis até à constante supervisão dos riscos associados ao investimento, e refletem-se numa estratégia de afetação de ativos sujeita aos seguintes limites:

Classes de Ativos	Benchmark (%)	Intervalos Permitidos (%)
<i>Ativos para Cobertura de Responsabilidades</i>	70	60 – 80
Obrigações de Dívida Pública Euro 10+ (a)	40	0 – 80
Obrigações Indexadas à Inflação (b)	0	0 – 20
Obrigações Societárias Euro (c)	20	0 – 40
Obrigações Globais	10	0 – 20
<i>Ativos para Obtenção de Rendibilidade</i>	30	20 -40

Ações Euro (d)	10	0 – 30
Ações Globais (d)	20	0 – 30
Total Ações	30	20 – 40
Obrigações Societárias Euro <i>High Yield</i> (e)	0	0 – 10
Liquidez (f)	0	0 – 5

Em que:

- (a) Inclui títulos representativos de dívida emitidos por entidades públicas e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por títulos representativos de dívida de emitentes públicos pertencentes à Zona Euro;
- (b) Inclui títulos representativos de dívida indexados à inflação e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por títulos representativos de dívida indexados à inflação;
- (c) Inclui títulos representativos de dívida emitidos por entidades privadas e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por títulos representativos de dívida de emitentes privados pertencentes à Zona Euro;
- (d) Inclui ações, warrants, obrigações convertíveis, instrumentos que confirmam o direito à subscrição de ações, tais como obrigações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário constituídos maioritariamente por ações;
- (e) Inclui títulos representativos de dívida emitidos por entidades privadas e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída principalmente por obrigações de emitentes privados pertencentes à Zona Euro;
- (f) Inclui depósitos bancários e instrumentos do mercado monetário (bem como unidades de participação em fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por esses ativos), nomeadamente vocacionados para a gestão de tesouraria, cujo prazo de vencimento residual seja inferior a 12 meses. Esta classe de ativos pode incluir bilhetes do tesouro e papel comercial.

Exemplo: Depósitos à ordem, depósitos a prazo, certificados de depósito.

ARTIGO 2.º

Avaliação e Gestão do Risco

A Política de Investimento do Fundo estabelece um conjunto de princípios que visam salvaguardar as disposições e os limites legais decorrentes da regulamentação em vigor, complementando com as regras e os limites adicionais considerados adequados à defesa do capital do Fundo e da natureza, duração e dimensão das suas responsabilidades.

Em linha com esse intento, os métodos de avaliação do risco de investimento comportam as dimensões de rentabilidade e riscos financeiros. O indicador de referência respeitante à rentabilidade da carteira de ativos financeiros do Fundo é a TWR (*Time Weighted Rate of Return*), assente na valorização diária dos ativos em carteira e considerando todos os *cash-flows* ocorridos. O efeito conjunto dos riscos de

preço, de taxa de juro, de *spread* de crédito e de taxa de câmbio integra o indicador de referência quanto ao nível de perda potencial dos ativos do Fundo - o VaR (*Value-at-Risk*).

Na monitorização dos riscos financeiros a Entidade Gestora conta com sistemas de informação e de medição dos riscos financeiros que auxiliam no apuramento dos indicadores estatísticos e financeiros relevantes ao processo. O processo de gestão de risco: identificação, avaliação, medição e comunicação de indicadores de risco; pretende auxiliar na compreensão sobre se os riscos tomados são apropriados e admissíveis perante a natureza no Fundo, o retorno previsto e os objetivos da Política de Investimento.

ARTIGO 3.º

Investimento Responsável

A CGD Pensões é, desde 1 de outubro de 2019, signatária oficial dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) das Nações Unidas (*United Nations – Supported Principles for Responsible Investment*). Esta adesão aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas representa um compromisso e um reconhecimento da importância dos fatores ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Esta filosofia constitui-se como um pilar na atividade da Sociedade Gestora e parte integrante de uma estratégia alargada do Grupo CGD, com vista a apoiar um futuro mais sustentável. Os Princípios para o Investimento Responsável atuam na defesa dos interesses de longo prazo dos seus signatários, dos mercados financeiros, das economias em que operam e, em última análise, nos interesses da sociedade e ambiente como um todo. A CGD Pensões reconhece e valoriza a importância de um forte compromisso com a sustentabilidade e atua com uma postura ambiental positiva e responsável.

O Fundo compromete-se em desenvolver a sua atividade com respeito pelos fatores ESG (*Environmental, Social and Governance*), considerando que a criação de valor pelas sociedades emittentes de valores mobiliários sob investimento (adiante referidas como “sociedades participadas”) obriga a ponderar e a considerar o respetivo impacto determinado em termos de sustentabilidade social e ambiental e de governação decorrente da sua atividade e das cadeias de distribuição por estas utilizadas.

A concretização destas orientações é relevante, seja na seleção dos investimentos, seja no acompanhamento dos investimentos realizados. Deste modo, através deste Fundo, a atuação da CGD Pensões pautar-se-á pela incorporação de critérios ESG no processo de seleção dos seus investimentos de acordo com o disposto na sua Política de Investimento Socialmente Responsável.

De um lado, aplicar-se-á neste Fundo uma estratégia de *Best-in-Class* no reforço da aposta nas empresas com um desempenho superior em cada um dos três pilares: ambiental, social e de governação, de acordo com a metodologia utilizada pelo(s) fornecedor(es) de *research* ESG contratado(s). De um outro lado, uma estratégia de Exclusão onde não serão tidas como elegíveis para investimento empresas com exposição relevante a indústrias consideradas socialmente controversas, como extração de carvão, armamento não-convencional, jogo ou tabaco, visando ambas as estratégias uma mitigação dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade.

As melhores práticas do Investimento Socialmente Responsável ditam que a incorporação de uma

análise ESG no processo de investimento seja complementada com uma atuação de envolvimento junto das Sociedades Participadas visando minimizar possíveis impactos adversos associados à sua atividade.

Neste contexto, na gestão do Fundo, pretende-se aprofundar o diálogo em matérias ESG com as empresas alvo de investimento, nomeadamente através de uma participação ativa nas assembleias de voto, assim como uma abordagem estruturada e uma monitorização de longo prazo com base no i) diálogo direto com a generalidade das sociedades participadas ou ii) na adesão a iniciativas conjuntas de investidores, tal como definido na Política de Exercício dos Direitos de Voto e na Política de Envolvimento, ambas da CGD Pensões.

No âmbito do acompanhamento do desempenho das sociedades participadas no âmbito da gestão do Fundo será analisada e ponderada não apenas a informação financeira, como também a informação não financeira, sendo esta informação divulgada ao abrigo dos artigos 19.º-A e 29.º-A da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, na sua redação atual, para as sociedades emittentes de ações admitidas a negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar na União Europeia, e ao abrigo dos artigos 66.º-B e 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, no que respeita a sociedades emittentes de ações admitidas a negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal.

O conjunto de Normas e Políticas Internas da CGD Pensões, nomeadamente a Política de Investimento Socialmente Responsável, a Declaração sobre as Políticas de Diligência Devida, a Política de Envolvimento, a Política de Exercício de Direitos de Voto, a Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse e o Código de Conduta, encontram-se articuladas em termos complementares e coerentes e serão plenamente concretizadas na gestão do Fundo. Para consultar estas normas e políticas e mais informações relacionadas com os princípios ESG da CGD Pensões consulte o seu sítio da internet (www.cgdpensoes.pt).

A definição dos princípios gerais e o acompanhamento da presente política competem ao Comité de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, órgão regular e deliberativo da Comissão Executiva da referida entidade, que é responsável por analisar e verificar a conformidade com a estratégia e as políticas estabelecidas em matéria de Investimento Socialmente Responsável, a quem a CGD Pensões subcontratou a função de gestão de carteiras, no âmbito do contrato de prestação de serviços estabelecido entre as duas sociedades.

De acordo com o disposto no Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, a gestão dos investimentos do presente Fundo tem em conta padrões em termos de responsabilidade ambiental, social e de governação.

No momento atual, o Fundo não cumpre inteiramente com a metodologia descrita na Política de Investimento Socialmente Responsável da CGD Pensões e, por conseguinte, enquadra-se no artigo 6º do referido Regulamento.

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, conhecido por Regulamento da Taxonomia, que complementa as obrigações de

divulgação previstas no Regulamento 2019/2088, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que se encontram desenvolvidos no Regulamento Delegado (UE) 2021/2139.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os Critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.